

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**COMÉRCIO INTERNACIONAL: GUERRA COMERCIAL OU LUTA
PELA INTEGRAÇÃO MUNDIAL ATRAVÉS DO LIVRE COMÉRCIO?**

DIEINE REGINA SOARES

Florianópolis, setembro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Comércio Internacional: guerra comercial ou luta pela integração mundial através do livre comércio?

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Dieine Regina Soares

Orientador: Prof. Francisco Gelinski Neto

Área de Concentração: Economia Internacional

Palavras chaves: 1) Área de Livre Comércio das Américas;

2) Políticas Comerciais;

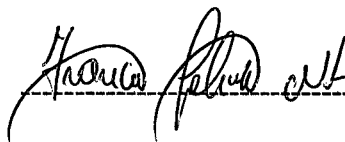
3) Protecionismo.

Florianópolis, setembro de 2002.

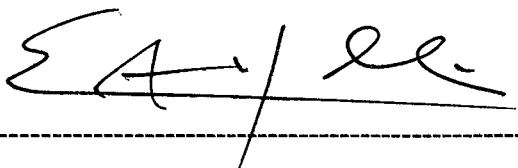
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ~~7,0~~ à aluna Dieine Regina Soares na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Presidente



Membro



Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de uma forma direta ou indireta, contribuíram para que eu pudesse concluir este trabalho.

Em especial, aos meus pais, e às amigas Kátia e Cinthia pela força e incentivo.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como um dos objetivos, a discussão dos componentes do novo contexto internacional e as incertezas que permanecem em relação à efetiva operação da nova organização internacional do comércio.

O primeiro capítulo refere-se à problemática do trabalho – o qual apresenta algumas informações relevantes sobre os acordos preferenciais de comércio, ou seja, algumas formas de integração – aos objetivos e a metodologia utilizada.

O segundo capítulo contém uma revisão teórica sobre as principais Teorias do Comércio Internacional, buscando com isso, mostrar que os países participam do comércio internacional por possuírem vantagens comparativas na produção de determinados produtos.

O terceiro capítulo aborda, em síntese, o debate acerca do protecionismo e algumas das políticas comerciais adotadas por alguns países para protegerem seus principais produtos. Aborda também, um assunto recente que foi a guerra contra as altas tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre o aço.

Já o quarto capítulo, aborda alguns dados importantes relativos a Balança Comercial Brasileira.

Finalizando, o quinto capítulo apresenta a discussão em torno da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), seus principais interesses e conflitos e a posição da indústria e empresários a respeito do debate.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	VII
------------------------------	------------

Lista de Tabelas.....	VII
------------------------------	------------

CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO	1
-------------------------------------	----------

1.1- Situação Problema	1
------------------------------	---

1.2- OBJETIVOS	4
----------------------	---

1.2.1- Objetivo Geral.....	4
----------------------------	---

1.2.2- Objetivos Específicos	4
------------------------------------	---

1.3- METODOLOGIA	5
------------------------	---

CAPÍTULO II- Revisão Teórica	5
---	----------

2.1- MODELO RICARDIANO SIMPLES	8
--------------------------------------	---

2.1.1- As Possibilidades de Produção, Oferta e Demanda.....	8
---	---

2.1.2- Preços Relativos e Custo de Oportunidade	10
---	----

2.1.3- Comércio entre dois países, Vantagens Comparativas e Ganhos de Comércio.....	10
---	----

2.2- O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN	12
--	----

2.2.1- Dotação de fatores e a curva de possibilidades de produção.	12
---	----

2.3- MODELO GERAL DE COMÉRCIO.....	14
------------------------------------	----

2.3.1- Possibilidades de Produção e Oferta Relativa.	14
---	----

2.3.2- Preços Relativos e Demanda.	15
---	----

2.3.3- Termos de Troca.	16
------------------------------	----

2.3.4- Determinação dos Preços Relativos.....	17
---	----

2.4- ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS.....	18
---	----

CAPÍTULO III- Protecionismo e Políticas Comerciais	19
---	-----------

3.1- PRODUTOS DE BASE	21
-----------------------------	----

3.1.2- Açúcar.....	21
--------------------	----

3.1.3- Sistema de Quotas	21
--------------------------------	----

3.1.4- Carnes Bovina e Suína	22
------------------------------------	----

3.1.5- Frango.....	22
--------------------	----

3.1.6- Frutas e Legumes	22
-------------------------------	----

3.2- PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	23
--------------------------------------	----

3.2.1- Calçados.....	23
3.3- SUCOS DE FRUTA.....	24
3.3.1- Suco de Laranja.....	24
3.4- A GUERRA CONTRA TARIFAS IMPOSTAS PELOS EUA SOBRE O AÇO	24
CAPÍTULO IV- Balança Comercial Brasileira e Perfil Tarifário	26
4.1- BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 2002/2001	26
4.2- PERFIL TARIFÁRIO BRASIL / EUA	29
CAPÍTULO V- ALCA e algumas restrições.....	30
5.2- CONFLITOS DE INTERESSES	34
5.3- O EMPRESÁRIO E A INTEGRAÇÃO	34
5.4- BRASIL VERSUS ESTADOS UNIDOS	35
5.4.1- Agricultura	36
CAPÍTULO VI- Conclusão	37
BIBLIOGRAFIA:	40

Lista de Figuras

Figura 2-1 Produção, oferta e demanda da economia portuguesa.....	09
Figura 2-2 Oferta de fatores, exigências de fatores e produção.....	13
Figura 2-3 Possibilidades de Produção e Oferta Relativa.....	15
Figura 2-4 Produção, Consumo e Comércio no Modelo Geral.....	16
Figura 2-5 Oferta e Demanda Relativa Mundial.....	17
Figura 4-1 Saldos Comerciais Mensais.....	28
Figura 4-2 Saldos Comerciais.....	29
Figura 5-1 Estrutura das Negociações na Alca.....	32

Lista de Tabelas

Tabela 4-1 Balança Comercial – Julho / 2002 (US\$ milhões FOB).....	27
---	----

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Desde 1994 com a Reunião de Miami, também chamada Cúpula das Américas, há um indicativo de que seja formada uma grande área de integração econômica nas Américas cuja denominação seria Alca, ou seja, Área de Livre Comércio das Américas.

Apesar do objetivo implícito de atingir tal meta, existem entraves políticos e interesses de grupos econômicos que procuram proteger seus interesses, garantindo suas fatias de mercado em cada um dos principais países envolvidos.

Este trabalho procura levantar alguns aspectos envolvidos com a inclusão do Brasil na Alca, ou ainda a respeito da criação da Alca.

1.1- Situação Problema

A nova ordem econômica mundial está levando os países participantes do Comércio Internacional a se organizarem em blocos econômicos regionais com o intuito de garantirem mercado para seus produtos e se defenderem de possíveis formas de competição anticomerciais.

Exemplo nesse sentido ocorreu com a formação da Área de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA), com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e esta ocorrendo com a participação brasileira nas negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

“A integração econômica pode ser definida como o processo de criação de um mercado integrado, a partir da progressiva eliminação de barreiras ao comércio, ao movimento de fatores de produção e da criação de instituições que permitam a coordenação, ou unificação de políticas econômicas em uma região geográfica vizinha ou não” (Gonçalves et al. 1998).

A economia da integração é um assunto que vem obtendo grande importância nas últimas décadas. Contudo, este não é um debate atual, remontando ao período de formação de alguns Estados nacionais, tais como a Alemanha e a Itália, no século XIX.

Segundo Gonçalves et al. (1998), as formas de integração são as seguintes:

1- Área de livre comércio: definida como uma região na qual os países membros eliminam as barreiras ao comércio intra-regional, mas fazem com que permaneçam as políticas

comerciais independentes com relação aos países não membros.

2- União Aduaneira: definida como uma área de livre comércio, onde os países membros concordam em seguir uma política comercial comum com referência a não membros. Isto é, adotam uma Tarifa Externa Comum (TEC), ou uma política setorial comum, aplicáveis a países fora da região.

3- Mercado Comum: é uma união alfandegária em que há livre circulação de fatores de produção, ou seja, mão-de-obra, capital e empresas podem mover-se livremente entre os países da região sem qualquer restrição a sua circulação.

4- União econômica ou monetária: é um mercado comum onde ocorre a unificação das políticas monetária e fiscal. Com a criação de autoridades econômicas centrais, os países membros tornam-se realmente regiões em um único mercado. Em termos econômicos, a soberania de cada nação desaparece, sendo completamente transferida para a autoridade central.

“A formação da área de livre comércio caracteriza o primeiro estágio da integração regional, em que são excluídas as tarifas alfandegárias e as barreiras técnicas existentes entre os países da região, que permanecem a adotar sua soberania em relação às tarifas empregadas aos demais países, o que requer a negociação de regras de origem na intenção de impedir que importadores de um determinado país com alíquotas mais altas efetuem importações através de outro país membro com alíquotas mais baixas, favorecendo-se indevidamente do livre comércio entre ambos” (Moraes, 1999, p. 29).

O debate sobre políticas internas, travado no âmbito multilateral, reflete a necessidade de um grau muito mais elevado de convergência entre as políticas nacionais dos países envolvidos, introduzida pelos Estados Unidos e demandada pelo atual processo de integração global dos mercados. Nas negociações, nos resultados, nos temas que poderão compor ou que compõem a agenda de negociações da OMC, e nas negociações em curso, a maior convergência entre as políticas nacionais passou a preceder as concessões de liberalização de comércio.

Assim, de acordo com Dias (1996, p. 65),

“os Estados Unidos exigem que os demais países adotem sua legislação e práticas no caso de políticas de proteção aos direitos de propriedade intelectual, de proteção ao trabalhador e ao meio ambiente, de proteção ao investimento

direto estrangeiro, e à concorrência, como condição para o acesso ao seu mercado”.

De acordo com Câmpora (2001), “os Estados Unidos precisam promover maior abertura do seu mercado interno para produtos brasileiros, abrandar a lei antidumping, reduzir subsídios à agricultura e implementar uma nova política destinada a pôr fim ao protecionismo norte-americano”.

O novo contexto de relações econômicas internacionais oferece, portanto, limitações, riscos e oportunidades ao Brasil. Para tanto, o Estado brasileiro deve instrumentar-se para que possa defender os interesses nacionais no âmbito bilateral, regional, multilateral e hemisférico.

O mundo atravessa um período ao mesmo tempo inquietante e promissor. Enquanto, em certas regiões do globo, nações se enfrentam em guerras religiosas, étnicas ou territoriais, onde imperam a intolerância e prepotência, em outras se empreendem esforços com vistas à integração regional e à cooperação internacional.

O comércio internacional tem sido a mola propulsora de uma integração que deverá ultrapassar o campo econômico. E, à medida que esses acordos se expandem, mais necessário se torna o aprofundamento do debate sobre eles. É nesse contexto que se pode incluir a discussão em torno da Alca, cuja implantação (prevista para 2005) e amplitude, implicam decisões e mudanças em diversos domínios da existência das sociedades envolvidas.

1.2- Objetivos

1.2.1- Objetivo Geral

Diante do debate sobre a participação do Brasil na Alca, procurar-se-á apontar os diferentes aspectos que permitem tal debate e, tentar compreender o que será a economia dentro da Alca.

1.2.2- Objetivos Específicos

- 1) Fazer uma revisão da literatura acerca da Teoria do Comércio Internacional;
- 2) Identificar as barreiras aos nossos principais produtos no mercado norte-americano, dando ênfase à questão do aço e a guerra comercial travada pelo Brasil contra os Estados Unidos;
- 3) Oferecer ao leitor uma visão geral acerca do debate corrente sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

1.3- Metodologia

Para alcançar os objetivos específicos propostos, foi feito, primeiramente, um levantamento preliminar dos dados a serem trabalhados e, no decorrer da pesquisa constatou-se a utilização de dados secundários.

A partir dessa constatação, os recursos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram fontes bibliográficas, na qual estão incluídas obras bibliográficas acerca do comércio internacional, revistas especializadas, bem como artigos de jornais e revistas que tratam do tema em questão. Com isso, tornou-se possível fazer um apanhado teórico das principais barreiras comerciais enfrentadas pelo Brasil no mercado norte-americano, assim como procurar entender o debate, em questão, acerca da formação da área de livre comércio.

CAPÍTULO II

REVISÃO TEÓRICA

A partir da idade média ocorre o surgimento simultâneo das principais Teorias do Comércio Internacional e dos Estados Nacionais Modernos. Foi através da expansão comercial desses Estados que “se criou as condições institucionais para a criação de uma economia mundial e a base econômica para o desenvolvimento do capitalismo industrial” (Gonçalves et al., 1998, p. 3).

O surgimento dos Estados Nacionais Modernos foi um processo ao mesmo tempo político e econômico. Pelo lado político, esse processo originou o Estado absolutista. Já pelo lado econômico, este processo ficou caracterizado como mercantilismo.

A doutrina mercantilista pode ser resumida através das seguintes proposições básicas:

“A riqueza da sociedade cresce com o crescimento do estoque de meios de pagamento. Dinheiro é uma dádiva da natureza, e não um bem produzido pelo Estado. Dinheiro é igual a capital, isto é, é um fator de produção. O aumento da produção e comércio doméstico depende, além do estoque de meios de pagamento, da unificação econômica e liberdade de comércio no interior das fronteiras nacionais. O crescimento do estoque de meios de pagamento de um país depende da produção das minas nacionais ou do superávit na balança comercial. Portanto, para um país sem minas, uma política comercial baseada no protecionismo e na promoção de exportação é a única estratégia compatível com o aumento do poder nacional” (Gonçalves et al., 1998, p. 9).

Seus principais pensadores foram John Locke, Jean Baptiste Cobbett e Thomas Hobbes¹. As chamadas Teorias Clássicas de Comércio Internacional foram desenvolvidas a partir da crítica ao pensamento mercantilista, sendo que Smith e Ricardo foram seus principais representantes. Uma das diferenças entre os economistas clássicos e os mercantilistas é bem explicitada por Kenen (1998):

“Os economistas clássicos preocupavam-se com o bem-estar dos súditos da coroa, não com a própria coroa. Por isso, mediam os ganhos de comércio de forma diferente. A exportação era um meio para adquirir produtos importados, não ouro e prata, usando os recursos do país com eficiência. As restrições sobre importações eram ilógicas” (Kenen, 1998, p. 9).

¹Ver Kenen (1998).

Em sua obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Adam Smith (1776) enfoca o comércio internacional como um dos temas centrais de seu pensamento². Argumenta que o comércio entre nações é um dos meios de acumular riqueza. A quantidade de trabalho utilizada para a produção de uma mercadoria é o que determina o seu valor, e a sua respectiva troca proporciona ganhos de comércio que nada mais são do que saldos das diferentes quantidades de horas de trabalho incorporadas na produção dessas mercadorias. Portanto, para Smith, a riqueza das nações é o resultado do aumento da produtividade do trabalho. Esta por sua vez, é consequência da divisão do trabalho.

Com sua obra, Smith introduz o conceito de vantagem absoluta, que é bem explicitado por Gonçalves et al. (1998, p. 12) quando analisa os argumentos de Smith sobre o comércio entre nações, ou seja, “(...) o comércio internacional seria possível tão somente quando o tempo de trabalho necessário para produzir pelo menos um produto fosse inferior àquele do exterior”.

David Ricardo dá novos contornos à Teoria do Comércio Internacional com a Teoria das Vantagens Comparativas. Para Ricardo, a especialização dos países em determinados produtos possibilitava o crescimento do comércio mundial produzindo ganhos de comércio para os países participantes. A mão-de-obra era considerada o único fator de produção, logo, os países com melhor especialização de mão-de-obra teriam vantagens comparativas em relação a outros países na produção de determinados bens. A especialização estava relacionada à quantidade de horas empregadas na produção dos bens.

As Teorias Neoclássicas de Comércio Internacional são baseadas na Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Seus principais representantes foram os economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin (Modelo Heckscher-Ohlin) e Paul Krugman e Maurice Obstfeld (Modelo Padrão de Comércio). Merece citação o economista Paul Samuelson³ que deu um formato matemático ao Teorema Heckscher-Ohlin.

²Ver Gonçalves et al. (1998 p. 12).

³“A contribuição de Samuelson para a teoria pura do comércio internacional foi, principalmente, o desenvolvimento do trabalho da escola sueca, formalizando e desenvolvendo a teoria sobre ganhos de comércio, apresentando um novo tratamento do problema da transferência e discutindo em profundidade a questão da equalização dos preços de fatores” (Gonçalves et al., 1998, p. 18).

2.1- Modelo Ricardiano Simples

Para a apresentação do modelo, faz-se necessário a abordagem de algumas premissas básicas. Primeiramente, o modelo pressupõe o comércio de dois países com dois produtos. Segundo, considera a adoção de um único fator de produção, o trabalho, que é móvel no interior de um país e imóvel internacionalmente. Terceiro, há diferentes tecnologias para diferentes estruturas de preços relativos em diferentes países. Quarta, a balança comercial sempre em equilíbrio e o custo dos transportes são igual a zero. Finalmente, há rendimentos constantes de escala.

2.1.1- As Possibilidades de Produção, Oferta e Demanda.

Segundo Krugman e Obstfeld (1999, p. 17), “a fronteira de possibilidades de produção ilustra as diferentes combinações de bens que a economia pode produzir”.

Vamos supor que Portugal produza tecido e vinho, na razão igual a três entre a quantidade de horas trabalhadas para produzir um metro de tecido e a quantidade de horas trabalhadas para produzir um litro de vinho, a curva de possibilidades de produção⁴ dos dois produtos mostra a quantidade máxima de vinho que pode ser produzida, em relação à opção de se produzir uma determinada quantidade de tecido, e vice-versa. A produtividade está sendo expressa em termos das necessidades de unidades de trabalho, ou seja, o número de horas de trabalho necessário para produzir um metro de tecido ou um litro de vinho. Isto por só existir um fator de produção: o trabalho.

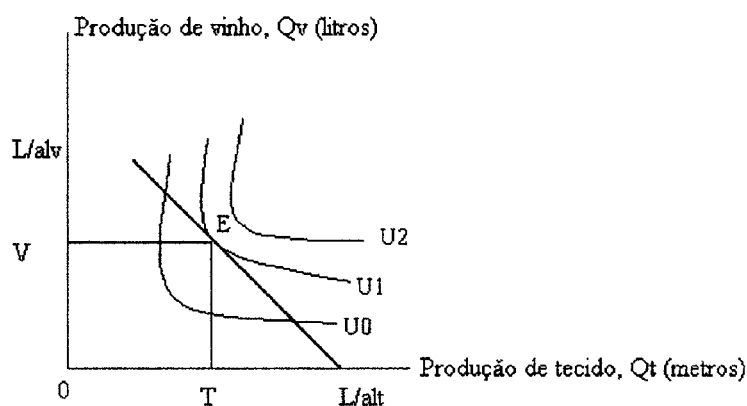
Segundo Kenen (1998), para descrever as condições de demanda por vinho e tecido da economia (nesse caso, a portuguesa) é preciso construir o mapa de indiferença da comunidade. Para se desenhar o mapa de indiferença⁵ da comunidade “basta pressupor que todos os indivíduos tenham os mesmos mapas de indiferença e que as elasticidades-renda da demanda sejam uniformes, ou seja, que um aumento de um por cento da renda real implique um aumento de um por cento da demanda de cada bem” (Kenen, 1998, p. 31). As curvas de indiferença da comunidade medem o nível de utilidade (satisfação) de uma comunidade. De acordo com Kenen (1999), tais condições de oferta em um país (no caso Portugal) que produza dois bens pode ser explicada por uma curva de transformação da

⁴Alguns autores utilizam o termo curvas de transformação.

⁵O mapa de indiferença é formado por curvas de indiferenças.

produção (que o autor também denomina de curva de possibilidades de produção). A Figura 2-1 mostra as condições de produção, oferta e demanda da economia portuguesa usada como exemplo.

Figura 2-1- Produção, oferta e demanda da economia portuguesa.



Todos os conjuntos de bens (tecido e vinho) que se encontram sobre uma curva de indiferença produzem o mesmo nível de utilidade (satisfação), sendo que, qualquer conjunto de bens situado sobre U_1 é superior a qualquer conjunto de bens situado sobre U_0 , produzindo, desse modo, uma maior satisfação aos seus consumidores.

A fronteira⁶ de possibilidades de produção da economia é uma reta, na qual L representa a quantidade total de trabalho ofertada pela economia, Q_t e Q_v às quantidades produzidas de tecido e vinho, respectivamente, e alt e alv representam as quantidades de horas utilizadas para produzir um metro de tecido e um litro de vinho, respectivamente.

A curva de indiferença U_1 tangencia a fronteira de possibilidades de produção da economia no ponto E . Este é o ponto em que os consumidores atingem um nível maior de satisfação, haja vista as possibilidades de produção e oferta dos dois bens. Desta forma, as curvas de indiferença descrevem as condições de demanda dos dois bens.

⁶O termo fronteira é utilizado em substituição ao termo curva para dar a conotação da relação máxima possível de possibilidades de produção.

2.1.2- Preços Relativos e Custo de Oportunidade

O preço relativo⁷ de um metro de tecido é seu preço expresso em vinho. Ele mede a quantidade de vinho que é necessário abrir mão para comprar um metro de tecido. Como a produção portuguesa está expressa em unidades de trabalho, pois existe apenas um fator de produção, o preço relativo de um metro de tecido é a relação entre a quantidade de horas necessárias para a produção de um metro de tecido e a quantidade de horas necessárias para a produção de um litro de vinho.

Na ausência de comércio internacional, os preços relativos, para uma economia de um único fator de produção (trabalho), por meio de uma teoria simples de valor trabalho. Conforme enfatiza Kenen (1998) “(...) na ausência de comércio internacional os preços relativos dos bens são iguais às suas necessidades de unidades de trabalhos relativos”.

Krugman e Obstfeld (1999, p. 14) conceituam o custo de oportunidade de produção de um bem em relação a outro, ao exemplificar a teoria das vantagens comparativas de Ricardo com a produção e comércio de computadores e rosas entre os Estados Unidos e América do Sul, da seguinte forma: “(...) o custo de oportunidade das rosas em termos dos computadores é o número de computadores que poderiam ter sido produzidos com os recursos utilizados na produção de um determinado número de rosas”.

2.1.3- Comércio entre dois países, Vantagens Comparativas e Ganhos de Comércio.

Supondo-se, agora, que a Inglaterra também produza tecido e vinho na razão igual a 2,25 entre a quantidade de horas de trabalho para produzir um metro de tecido e a quantidade de horas de trabalho para produzir um litro de vinho. Denotando as necessidades de horas para a produção de tecido e vinho portugueses como sendo alt e alv e as necessidades de horas para a produção de tecido e vinho ingleses como sendo alt' e alv' , dado que $alt'/alv'=3$, tem-se que $alt/alv > alt'/alv'$, pois $3 > 2,25$.

Para o exemplo que está sendo utilizado, Portugal tem vantagens absolutas na produção dos dois bens, pois $alt < alt'$ e $alv < alv'$. Para Adam Smith, o comércio só é possível quando esta relação existe, ou seja, quando um país possui vantagem absoluta na

⁷Conceito estabelecido por Kenen (1998 p. 29).

produção de pelo menos um bem⁸.

Segundo Krugman e Obstfeld (1999, p. 15), “um país tem vantagens comparativas na produção de um bem se o custo de oportunidade da produção do bem em termos de outros bens é mais baixo que em outros países”. Como foi visto anteriormente, os custos de oportunidade dos bens da economia portuguesa são iguais às proporções de unidades de trabalho requeridas para a produção dos bens. A mesma relação ocorre com a economia inglesa que possui apenas um fator de produção, o trabalho, e produz dois bens. Comparando as duas economias em função das necessidades de horas de trabalho para a produção dos dois bens, Portugal tem vantagem comparativa na produção de vinho, pois $alv/alt < alv'/alt'$ e a Inglaterra têm vantagem comparativa na produção de tecido, pois $alt/alv > alt'/alv'$ ⁹. Portugal se especializará na produção de vinho e a Inglaterra se especializará na produção de tecido, comercializando-os entre si. Segundo Gonçalves et al. (1998, p. 15), “o modelo ricardiano de comércio internacional implica, portanto, a especialização de cada país na exportação do produto do qual tem vantagens comparativas”.

Segundo o modelo ricardiano, o comércio entre dois países será vantajoso. A proporções entre as unidades de trabalho dos dois países são diferentes, implicando em diferentes produtividades do trabalho (quantidade de horas empregadas) na produção dos dois bens. O modelo de David Ricardo é muito bem resumido por Gonçalves et al. (1998):

“A teoria ricardiana de vantagens comparativas pode ser resumida na seguinte proposição: o comércio bilateral é sempre mais vantajoso que a autarquia para duas economias cujas estruturas de produção não sejam similares. Isto é, se duas economias, produzindo cada uma dois produtos, por exemplo, vinho e tecidos, empregam na produção desses produtos uma quantidade de trabalho L_v e L_t , no país “S”, e L_v^* e L_t^* , no país “N”, é necessário e suficiente que $L_v/L_t \neq L_v^*/L_t^*$ para que o comércio entre eles seja possível” (Gonçalves et al. 1998, p. 14).

Mesmo Portugal tendo vantagens absolutas na produção dos dois bens, para ele é mais vantajoso o comércio com a Inglaterra.

⁸Ver Gonçalves et al. (1998 p. 12).

⁹Obtém-se invertendo a inequação $alv/alt < alv'/alt'$.

2.2- O Modelo de Heckscher-Ohlin

O modelo mostra que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação e a tecnologia da produção. Baseia-se em dois pressupostos: (1) os bens são diferentes em termos de exigência de fatores; e (2) os países apresentam diferenças em termos de dotação de fatores. Segundo Kenen (1998, p. 71) “esses dois pressupostos levam ao teorema que serve de base para o modelo Heckscher-Ohlin, ou seja, o comércio baseia-se nas diferenças de abundância de fatores, reduzindo os efeitos principais dessas diferenças”.

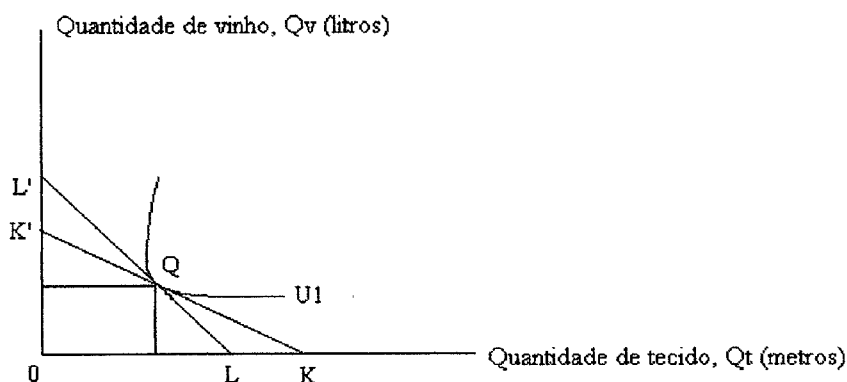
Uma das formas de apresentar o modelo é mostrar que as diferenças referentes à dotação de fatores levam a diferenças entre as curvas de possibilidades de produção. Esta é a chamada versão das proporções de fatores do teorema de Heckscher-Ohlin¹⁰.

2.2.1- Dotação de fatores e a curva de possibilidades de produção.

Ao contrário do modelo ricardiano, em que o formato da curva de possibilidade de produção dependia das exigências e da oferta de trabalho, no modelo Heckscher-Ohlin seu formato depende das exigências conjuntas de trabalho e capital e das ofertas de trabalho e capital. A Figura 2-2 ilustra esta situação.

¹⁰ De acordo com Kenen (1994, p.71) a outra versão do teorema de Heckscher-Ohlin é a versão do preço relativo.

Figura 2-2- Oferta de fatores, exigências de fatores e produção.



Para um país com oferta ilimitada de capital, sua produção dependeria das exigências e da oferta de trabalho, e sua curva de possibilidades de produção seria representada pela reta LL' da Figura 2-2, semelhante ao modelo ricardiano. Qualquer ponto da reta LL' representa uma combinação de produção de tecido e vinho. Em cada ponto de LL' , o preço relativo do tecido seria dado pela inclinação da restrição de trabalho, que é igual à razão entre as exigências de trabalho de ambas as atividades.

No caso de um país ter oferta ilimitada de trabalho, a produção de ambos os bens dependeria das exigências da oferta de capital representado pela KK' (restrição de capital). Qualquer ponto da reta KK' representa uma combinação da utilização de capital na produção de ambos os bens. Em cada ponto de KK' , o preço relativo do tecido seria dado pela inclinação da restrição de capital, que é igual à razão entre as exigências de capital. Em um caso onde há limitação da oferta de trabalho e capital, a curva de possibilidades de produção de um país é definida a partir da restrição destes dois fatores de produção. Na Figura 2-2, a curva de possibilidades de produção passa a ser representada por LQK' . O ponto Q representa o ponto de produção de pleno emprego¹¹ onde o país utiliza para a produção de ambos os bens toda a sua oferta de trabalho e de capital. Esse ponto Q é tangenciado por uma curva de indiferença U_1 representando o nível de satisfação mais

¹¹ Ver Kenen (1998, p. 73).

elevado atingido pelos consumidores do país. A reta LL' de restrição de trabalho é mais inclinada em relação ao eixo horizontal do que a reta KK' de restrição de capital. Isto mostra que a produção de tecido exige uma maior quantidade de trabalho e a produção de vinho requer uma maior quantidade de capital.

2.3- Modelo Geral de Comércio.

Krugman e Obstfeld (1999), desenvolveram o Modelo Geral de Comércio com o objetivo de abranger os modelos já apresentados de comércio internacional. O modelo ricardiano e o modelo e modelo Heckscher-Ohlin são casos específicos do Modelo Geral de Comércio.

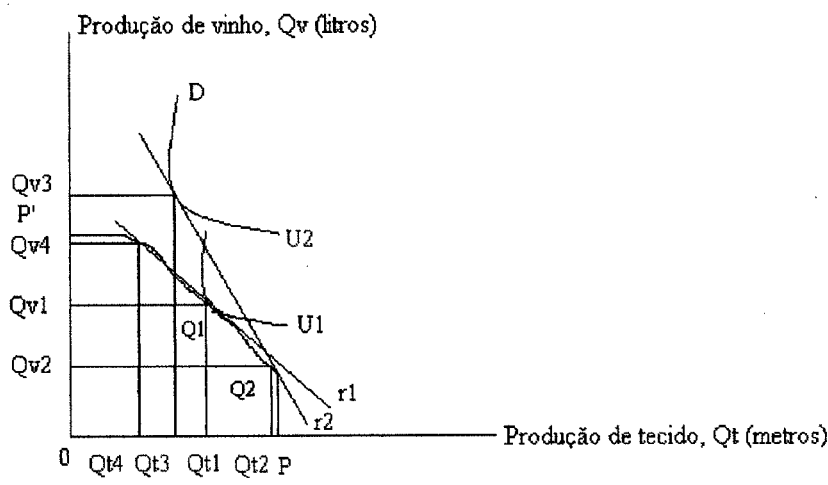
O modelo é construído baseando-se em quatro relações¹²: (1) a relação entre a fronteira de possibilidades de produção e a curva de oferta relativa; (2) a relação entre os preços relativos e a demanda; (3) a determinação do equilíbrio mundial pela oferta relativa mundial e pela demanda relativa mundial; e (4) o efeito dos termos de troca sobre o bem-estar de uma nação.

2.3.1- Possibilidades de Produção e Oferta Relativa.

Para melhor explicar, suponha que todos os países produzam dois bens, vinho e tecido, e que suas curvas de possibilidades de produção sejam curvas suaves. A relação entre a curva de possibilidades e a oferta relativa de cada país é ilustrada na Figura 2-3.

¹² Ver Krugman e Obstfeld (1999 p. 96).

Figura 2-4- Produção, Consumo e Comércio no Modelo Geral.



Devido ao aumento do preço relativo do tecido em relação ao vinho, a produção passa de Q_1 para Q_2 (r_2 é mais inclinada do que r_1). O consumo situa-se no ponto D, em que a linha de isovalor tangencia a curva de indiferença mais alta. A economia vai produzir Q_{v2} litros de vinho e Q_{t2} metros de tecido. Portanto, a economia produz mais tecido que o consumo ($Q_{t2} > Q_{t3}$), exportando, assim, tecido; da mesma forma, consome mais vinho que produz $Q_{v2} < (Q_{v3})$, importando vinho.

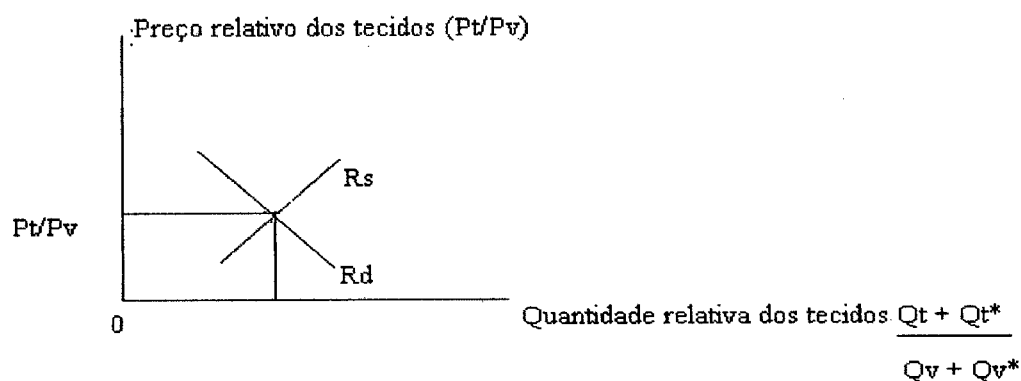
2.3.3- Termos de Troca.

Termos de troca é definido como “o preço do bem que o país exporta inicialmente dividido pelo preço do bem que importa inicialmente” (Krugman e Obstfeld, 1999, p. 100). Baseando-se nessa afirmação, pode-se dizer que, um aumento nos termos de troca aumenta o bem-estar no país, por outro lado, uma diminuição nos termos de troca reduz seu bem-estar.

2.3.4- Determinação dos Preços Relativos

Neste caso, considera-se uma economia mundial representada por dois países, um que exporta tecido e outro que exporte vinho. A determinação do preço relativo do tecido em relação ao vinho (P_t/P_v) é encontrado através da interseção da oferta relativa mundial de tecidos e de sua demanda relativa mundial. A Figura 2-5 ilustra esta situação.

Figura 2-5- Oferta e Demanda Relativa Mundial.



A curva de oferta mundial (R_s) é inclinada para cima porque um aumento no preço relativo do tecido em relação ao vinho leva ambos os países a produzirem mais tecido e menos vinho. A curva de demanda mundial (R_d) é inclinada para baixo porque um aumento no preço relativo do tecido em relação ao vinho leva ambos os países a deslocar o consumo de tecido em direção ao consumo de vinho.

2.4- Análise Comparativa dos Modelos.

O Modelo Ricardiano considera as diferenças de tecnologia entre os países como a única responsável pelo comércio internacional. As vantagens comparativas são frutos das diferenças internacionais da produtividade do trabalho. Nesse modelo, os países tendem a se especializarem na produção de bens em que emprega, de forma mais eficiente, a mão-de-obra disponível. As possibilidades de produção dos países são determinadas pela alocação de um único recurso, a mão-de-obra, que é móvel entre os diversos setores de produção.

No Modelo de Heckscher-Ohlin o comércio entre os países ocorre em função das diferenças nas dotações e uso dos fatores de produção na produção dos bens comercializados. As vantagens comparativas dos países participantes do comércio internacional são influenciadas pela interação entre os recursos disponíveis para a produção dos bens comercializáveis e a tecnologia na produção desses bens. As curvas de possibilidades de produção dos países são determinadas a partir da dotação dos fatores de produção. O comércio internacional é conduzido basicamente pelas diferenças de recursos entre os países.

O Modelo Geral de Comércio aglutina os Modelos Ricardiano e de Heckscher-Ohlin, tornando-os casos especiais de um modelo mais geral. Insere a demanda mundial como mais um elemento determinante do comércio entre os países. Nesse modelo os países comercializam os seus produtos no mercado internacional em função das suas possibilidades de produção e da demanda mundial pelos bens. O comércio internacional desenvolve-se em função das vantagens comparativas dos países na produção de bens e do seu bem-estar. O bem-estar de um país é medido pelos seus termos de troca, que são as relações entre os preços das exportações e os preços das importações. Quanto maior os termos de troca, melhor o bem-estar do país. Portanto, no modelo geral de comércio, além das vantagens comparativas, os termos de troca também determinam a participação dos países no comércio internacional.

CAPÍTULO III

PROTECIONISMO E POLÍTICAS COMERCIAIS

O debate sobre protecionismo e liberalização comercial tem em sua origem duas visões conflitantes sobre ganhos de comércio e a natureza do desenvolvimento econômico.

“Se por um lado sempre há aumento de bem-estar com o livre comércio devido ao fato do desenvolvimento econômico propagar-se para outros países pelos mecanismos de mercado, especialmente pelo comércio internacional, o livre comércio seria a política mais acertada, tanto para os países mais desenvolvidos como para os menos desenvolvidos. Por outro lado, se as relações econômicas internacionais já não são mais um jogo de soma positiva, mesmo com o desenvolvimento econômico propagando-se espontaneamente para outros países, é possível que ocorram situações em que a política comercial protecionista seja a mais apropriada para outros países” (Gonçalves et al., 1998, p. 39).

As grandes rodadas de negociação do antigo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), substituído em 1995 pela Organização Mundial do Comércio (OMC), promoveram redução de tarifas, atenuaram humores protecionistas e contribuíram para a expansão do intercâmbio global de bens e serviços.

Com a entrada em operações da OMC, pela primeira vez existirá uma organização internacional, com participação plena de todos os países, investida de poder legal para implementar obrigações contratuais em um grande número de temas. A OMC poderá ser mais um foro onde as ações protecionistas mais agressivas de alguns países industriais possam ser questionadas. Viviane Dias (1996, p.57) resume isto no seguinte texto:

“Por um lado, países de desenvolvimento médio, como o Brasil, querem ter a proteção do direito internacional contra o poder arbitrário para definir as regras do jogo internacional exercido unilateralmente, nos últimos anos, pelos Estados Unidos. Mas, por outro lado, a inclusão de políticas nacionais na agenda internacional de comércio não só significa a redução da capacidade do Estado brasileiro para ajustar suas políticas às necessidades do desenvolvimento econômico e social, mas também a aceitação de padrões, procedimentos e legislações de países mais avançados, nas áreas acordadas internacionalmente. O pior cenário será aquele no qual os países com maior poder não respeitem o cerceamento às suas leis por instituições multilaterais, mas utilize o seu poder para que outros países cumpram os acordos internacionais”.

Ao longo de cinco anos, de 1995 a 1999, segundo Brasil (2000), “o país acumulou um total de cerca de US\$ 14 bilhões de déficit com nosso maior parceiro comercial individual (Estados Unidos), numa média de US\$ 2,8 bilhões ao ano, com pico de US\$ 4,9

bilhões em 1997”. Já no ano de 2000, de janeiro a setembro, “o Brasil acumulou um pequeno superávit de US\$ 230 milhões” (Brasil, 2000).

O crescimento do comércio bilateral em 2000 e, em menor grau em 1999, deve-se a aumentos razoáveis de nossas exportações. Mas isso não significa que houve queda ou desmonte de barreiras aos produtos brasileiros no mercado americano. “O incremento de nossas vendas para os Estados Unidos parece ter decorrido, como de resto para os demais países, de ganhos, de competitividade, derivados da desvalorização cambial e de maior produtividade de setores específicos” (Brasil, 2000).

Em 2000, como em 1999, a postura do Governo norte-americano em relação às exportações brasileiras esteve longe de ser objetiva. Este se dedicou, com muita vontade, “a lançar mão da ampla margem de manobra que lhe confere a legislação comercial para dificultar, quando não barrar, o livre acesso ao mercado norte-americano de bens e serviços brasileiros” (Brasil, 2000).

A proteção a setores ineficientes, por exemplo, esteve, mais do que nunca, calcada nos mecanismos de defesa comercial. De acordo com Brasil (2000), “na área siderúrgica, o Brasil foi penalizado injustamente, ao haver sido incluído em investigações antidumping e de direitos compensatórios iniciadas para contrarrestar o dano causado no mercado dos Estados Unidos por outros países fornecedores”.

Caberia mencionar que direitos compensatórios continuam a ser cobrados de importações de laminados a quente e de chapas grossas de aço carbono brasileiros, embora a OMC tenha condenado a prática norte-americana em que esses direitos se fundamentaram.

“Na área de tarifas, os Estados Unidos conservam inalterados os picos tarifários para muitos produtos importantes da pauta exportadora brasileira, como suco de laranja, calçados e têxteis” (Brasil, 2000). Em estudo realizado pela Embaixada,

“verificou-se que a média tarifária ou de equivalente tarifário aplicado pelos Estados Unidos sobre os 15 principais produtos de exportação global do Brasil atinge 45,6%, ao passo que a média aplicada pelo Brasil aos principais produtos de exportação americana é de apenas 14,3%” (Brasil, 2000).

A ambivalência da política comercial norte-americana também se fez mostrar na área agropecuária, em que foram mantidos, senão incrementados, os subsídios agrícolas destorcidos ao comércio, que constituem barreira indireta aos produtos brasileiros no mercado dos Estados Unidos.

De outra parte, os prazos para certificação de importação de frutas e carne bovina brasileira continuam submetidos a critérios longos e seletivos, sob a justificativa de requisitos fitossanitários, ao passo que outros mercados da União Européia já não mantêm restrições para aqueles mesmos produtos.

3.1- Produtos de base

3.1.2- Açúcar

Os ganhos para o comércio de açúcar no mercado interno norte-americano, sob o sistema de quotas, “são muito menores do que os elevados custos para a manutenção desse sistema protecionista que, ademais, contribui negativamente para a formação dos preços internacionais do açúcar no mercado mundial e, aumenta custos para consumidores norte-americanos (...)” (Brasil, 2000).

3.1.3- Sistema de Quotas

Com a introdução do mencionado sistema de quotas que foi estabelecido em 1982, “as exportações brasileiras caíram abruptamente em mais de 60%” (Brasil, 2000).

Na época de sua adoção, o governo norte-americano alegou tratar-se de um sistema transitório para “contrarrestar a instabilidade dos preços do açúcar no mercado mundial” (Brasil, 2000). No entanto, até hoje, as autoridades norte-americanas não se mostraram dispostas a evitar suas distorções, muito menos a sua suposta transitoriedade.

“A Comissão Européia fixa o preço único, chamado “preço de intervenção”, para as quotas do açúcar A (produção destinada ao consumo interno da União Européia (EU) e do B (completa a quota A em caso de necessidade, ou então, é exportado com subsídio, chamado de “restituição”, correspondendo à diferença entre o preço garantido na União Européia e o preço mundial pelo qual é vendido). E tem ainda o açúcar C, que é a parte excedente da produção fora de quota e destinado a exportação, sem garantia de preço” (Moreira, 2002).

Nesse sentido, o Brasil é duplamente afetado pela política européia: “primeiro pelas altas tarifas na União Européia . E segundo, perdendo em outros mercados por causa da concorrência do açúcar subsidiado europeu” (Moreira, 2002).

3.1.4- Carnes Bovina e Suína

Padrões sanitários proíbem a importação de carne crua ou congelada do Brasil para os Estados Unidos, em razão da ocorrência da febre aftosa em carnes bovina e suína. A alegação dos Estados Unidos a esse respeito é de que o Brasil ainda não é território livre de cólera suína (*Hog Cólera*), doença vesicular suína (*Swine Vesicular Disease*) e febre africana suína (*African Swine Fever*).

De acordo com Inácio (2001), “a carne bovina brasileira não será um produto a ter grandes vantagens na formação da Alca, devido ao fato da produção local dos Estados Unidos estar estagnada”. As exportações de carne do Brasil podem ter como principal destino a União Européia, com o mercado aberto por causa do mal da “vaca louca”.

3.1.5- Frango

Embora sendo um dos maiores exportadores de frango do mundo, o Brasil não comercializa o produto nos Estados Unidos. Para que se possa começar a introduzir o produto no mercado norte-americano, o sistema de inspeção sanitária brasileiro deve ser certificado pelo *Food Safety Inspection Service* (FSIS) do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos como equivalente ao sistema norte-americano.

3.1.6- Frutas e Legumes

3.1.6.1- Barreiras Sanitárias

As barreiras sanitárias norte-americanas vedam a importação da maioria das frutas e legumes brasileiros. Alguns desses produtos vetados tem grande potencial no mercado, como por exemplo, cítricos e batatas doces. Além disso, para grande parte dos produtos cuja entrada é permitida, um obstáculo a mais é o requisito obrigatório da obtenção pelos importadores de licenças prévias de importação. “Praticamente 100% das importações de frutas e legumes brasileiros necessitam de licenças prévias” (Brasil, 2000).

Para os produtos com potencial de exportação para os Estados Unidos, mas atualmente proibidos, a maior barreira, segundo produtores brasileiros

“é a lentidão da burocracia do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos no exame dos dados fornecidos pelos produtores/exportadores de comprovação da inexistência ou do controle efetivo, com métodos adequados, de alegadas pragas em áreas de produção” (Brasil, 2000).

3.1.6.2- Soja

Atualmente, a principal barreira norte-americana aplicada à soja brasileira refere-se, justamente, ao produto industrializado. Segundo Brasil (2000), “importações de óleo de soja são taxadas à proporção de 19,1%. Alíquota dessa magnitude torna as exportações de óleo de soja brasileiro para os Estados Unidos praticamente proibitivas”.

Outro item que também afeta negativamente as exportações brasileiras de soja são os programas norte-americanos de subsídios de exportação.

Os produtores brasileiros de soja podem perder, de acordo com Baldi (2002), “US\$1,2 bilhão por ano até 2005, com a nova lei agrícola dos Estados Unidos, o *Farm Bill*”. Lei esta, que poderá entrar em vigor a partir de setembro deste ano. É devido a este fato, que as exportações brasileiras do grão serão diretamente afetadas.

A nova lei, “além de manter os instrumentos de sustentação de renda e de preços, os programas de conservação ambiental integram as medidas” (Baldi, 2002).

Não só a produção de grãos será afetada. A pecuária, indiretamente, também é beneficiada pela política protecionista dos Estados Unidos, com subsídios aos grãos, e também com barreiras sanitárias e as tarifas.

3.2- Produtos Industrializados

3.2.1- Calçados

“A tarifa de importação nos Estados Unidos para calçados femininos de couro é de 10% “ad valorem” e, para calçados de couro masculinos, 8,5% “ad valorem”. Considerando-se que a média de todas as tarifas de importação norte-americanas é de cerca de 5%, os impostos incidentes sobre os produtos brasileiros podem ser considerados altos” (Brasil, 2000).

Alguns tipos de calçados brasileiros recebem tarifas diferenciadas, como é o caso dos chinelos que chegam a ter tarifas entre 55,56% e 78,6%.

3.3- Sucos de Fruta

3.3.1- Suco de Laranja

A tarifa aduaneira, que segundo Brasil (2000), é de “7,85 centavos de dólar por litro de suco” põe o suco de laranja concentrado brasileiro em posição de desvantagem em relação à competição norte-americana. “Como resultado de acordos de comércio que concedem vantagens ao México (NAFTA), aos países da Bacia do Caribe e aos do Pacto Andino, o Brasil perdeu muito de sua participação no mercado norte-americano de suco de laranja” (Brasil, 2000).

“Em 1992, cerca de 90% de todas as importações norte-americanas do produto provinham do Brasil; em 1998, tal participação caiu para 55%. Recuperação parcial verificada em 1999 deveu-se a uma série de fatores, tais como quebra da safra norte-americana de laranjas, aumento do consumo doméstico e efeitos da desvalorização do Real, que tornaram o ano atípico” (Brasil, 2000).

Segundo Soares (2002), “as indústrias brasileiras de suco de laranja congelado e concentrado poderão beneficiar-se de uma possível retaliação da União Européia contra os Estados Unidos”.

Isto se deve ao fato de que a União Européia está disposta a restringir a entrada de produtos siderúrgicos, têxteis e citrus dos Estados Unidos, ou seja, “aumentar a tarifa contra o produto norte-americano” (Soares, 2002).

O beneficiário direto, no caso dos citrus, seria a indústria brasileira, “que domina cerca de 80% das exportações mundiais de suco” (Soares, 2002).

3.4- A guerra contra tarifas impostas pelos EUA sobre o aço

Desde março, vivemos uma aberta guerra comercial. Esse fato nada teria de especial, não fossem a participação e as oposições diretas de interesses dos mais diversos grupos.

Segundo Basso (2002), “essa guerra foi deflagrada quando o *International Trade Commission* (ITC) norte-americana, conclui estudo revelando que 12 dos 33 produtos siderúrgicos e importados pelos Estados Unidos recebem algum subsídio.”

Esse estudo trouxe fortes obstáculos às indústrias brasileiras, sob a alegação de

que “as importações que chegam aos Estados Unidos tem constrangido a atividade daquele país gerando desemprego e o fechamento de algumas indústrias” (Basso, 2002).

As indústrias siderúrgicas brasileiras, que até então vinham obtendo ganhos crescentes, e com isso conquistando cada vez mais espaço nos mercados externos, viram-se, de acordo com Basso (2002), “constrangidas a diminuir seu volume de exportação e, em grande medida, ceder, sem contrapartida, sua participação no mercado dos Estados Unidos”.

Em virtude desses acontecimentos, os Estados Unidos apontava a intenção de aplicar a chamada “Seção 201 do *Trade Act* norte-americano, que regula o direito de salvaguarda para produtos e indústrias dos Estados Unidos” (Basso, 2002). Por fim, no início de março, o governo norte-americano anunciou uma série de medidas de salvaguarda na intenção de proteger temporariamente sua indústria.

Pelas regras da OMC, “a salvaguarda é medida temporária que só deve ser aplicada em situação de emergência quando um aumento de importação ameaça ou causa sérios danos à indústria local” (Moreira, 2002).

Em resposta a esse anúncio, vários países, sentindo-se prejudicados, reagiram de diferentes formas, incluindo o Brasil, a Coreia, o Japão e a Índia, além da União Européia. Este último, “segundo maior mercado internacional, também levantou barreiras protecionistas aplicando medidas de salvaguarda em favor de sua indústria siderúrgica” (Basso, 2002).

“Para Bruxelas, os Estados Unidos violaram o Acordo de Salvaguardas, ao não demonstrar que as dificuldades sofridas pelos produtores siderúrgicos americanos são resultado direto das importações e que a medida é necessária para facilitar a reestruturação do setor” (Moreira, 2002).

Bruxelas também declarou que as regras comerciais não dão margem à dúvida: “os países que impõem medidas de salvaguardas para proteger uma indústria específica devem oferecer compensações, para manter o equilíbrio geral do comércio” (Moreira, 2002).

A sobretaxação de importações de produtos siderúrgicos, a preços mais favoráveis e de qualidade superior, “aumenta o custo da matéria-prima e, em consequência, afeta a competitividade internacional dessas indústrias” (O Brasil..., 2002).

CAPÍTULO IV

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E PERFIL TARIFÁRIO

4.1- Balança Comercial Brasileira – 2002/2001

A balança comercial brasileira fechou o ano de 2001 “com superávit de US\$ 2,643 bilhões, revertendo um quadro de déficits nas trocas comerciais que perdurava desde 1994” (Paraguassu, 2002).

Segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, o valor “é resultado de exportações de US\$ 58,223 bilhões e importações de US\$ 55,580 bilhões” (Paraguassu, 2002).

Já no mês de março de 2002 a balança comercial brasileira registrou superávit de “US\$ 103 milhões somente na segunda semana de março, que corresponde do dia 4 ao dia 10” (Paraguassu, 2002).

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, “as exportações caíram 14,9%, se comparada a média diária de US\$ 200 milhões de março de 2002 com a média de US\$ 234,9 milhões apurada em igual mês do ano passado” (Paraguassu, 2002). O motivo na queda nas exportações se deve em grande parte a uma queda nas vendas de produtos manufaturados e semimanufaturados. Por outro lado, os produtos básicos apresentaram aumento de “7,4%, especialmente, carne de frango, suína e bovina e minério de ferro” (Paraguassu, 2002).

Nas importações, foi observada uma redução de “26,6%, quando comparada à média diária de US\$ 181,7 milhões em março de 2002 e de US\$ 247,6 milhões em igual mês do ano passado” (Paraguassu, 2002). Isto se deve, em parte, a redução nos gastos com combustíveis e lubrificantes, eletroeletrônicos, siderúrgicos, entre outros.

Devido a estes fatos, a balança comercial brasileira fechou o mês de março com um superávit de “US\$ 594 milhões, resultado de US\$ 4,260 bilhões em exportações e US\$ 3,666 bilhões em importações” (Oswald, 2002).

“Embora os números sejam animadores e tenham sido comemorados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, especialistas concordam que o superávit comercial do Brasil, este ano, está muito mais

ligado à queda das importações do que a um aumento das exportações. A redução nas compras externas teria sido provocada pela desaceleração da economia e pela retração do consumo da população” (Oswald, 2002).

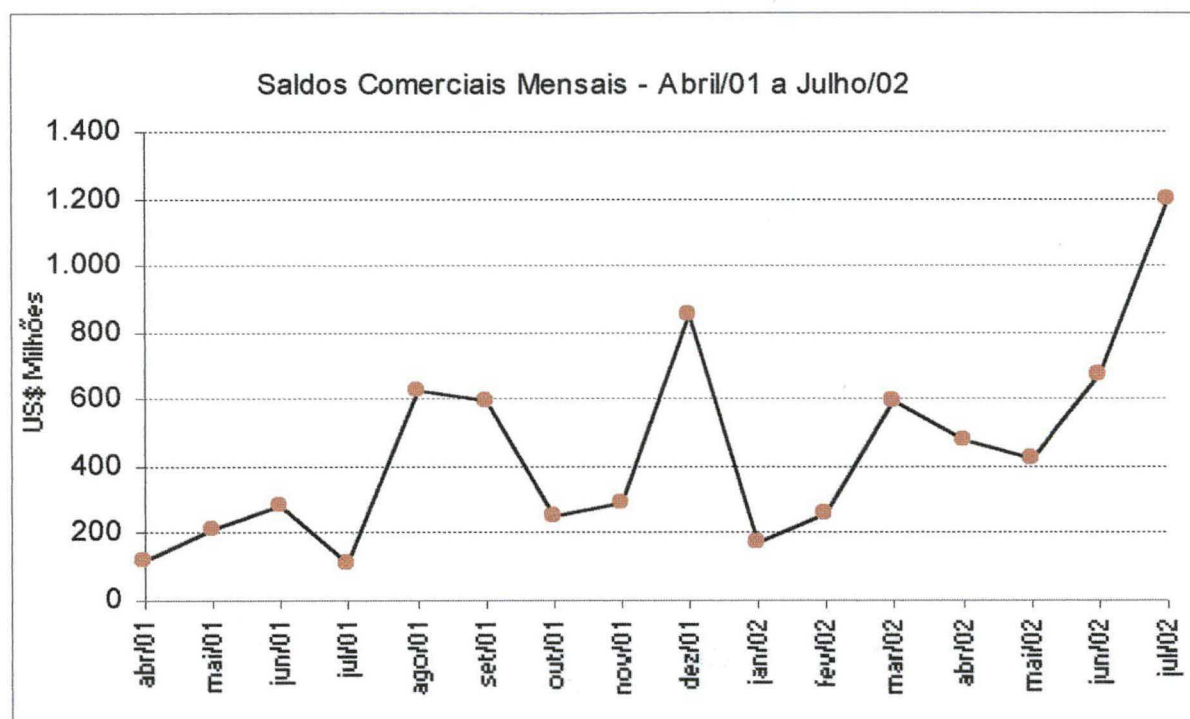
No que se refere ao mês de abril, a balança comercial brasileira registrou um superávit de “US\$ 14 milhões na segunda semana de abril e apresentou as mais altas médias diárias de exportação e importação de 2002” (Oliveira, 2002).

Tabela 4-1- Balança Comercial – Julho / 2002 (US\$ milhões FOB)

Período	Dias Úteis	Exportação		Importação		Saldo
		Valor	Média p/ dia útil	Valor	Média p/ dia útil	
Julho/2002	23	6.223	270,6	5.026	218,5	1.197
1ª semana (01 a 07)	5	1.015	203,0	963	192,6	52
2ª semana (08 a 14)	5	1.884	376,8	1.172	234,4	712
3ª semana (15 a 21)	5	1.196	239,2	1.057	211,4	139
4ª semana (22 a 28)	5	1.339	267,8	1.190	238,0	149
5ª semana (29 a 31)	3	789	263,0	644	214,7	145
Julho/2001	22	4.965	225,7	4.858	220,8	107
Junho/2002	20	4.079	204,0	3.404	170,2	675
Var. % Julho-2002 /Julho-2001		25,3	19,9	3,5	-1,0	
Var. % Julho-2002 /Junho-2002		52,6	32,7	47,6	28,4	
Janeiro-Julho-2002	146	31.275	214,2	27.472	188,2	3.803
Janeiro-Julho-2001	146	33.892	232,1	33.856	231,9	36
Var. % Jan/Julho-2002/2001		-7,7	-7,7	-18,9	-18,9	
Agosto-2001/Julho-2002 (A)	250	55.606	222,4	19.190	196,8	6.416
Agosto-2000/Julho-2001 (B)	250	57.822	231,3	59.441	237,8	-1.619
Var. % (A/B)		-3,8	-3,8	-17,2	-17,2	

Fonte: Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)

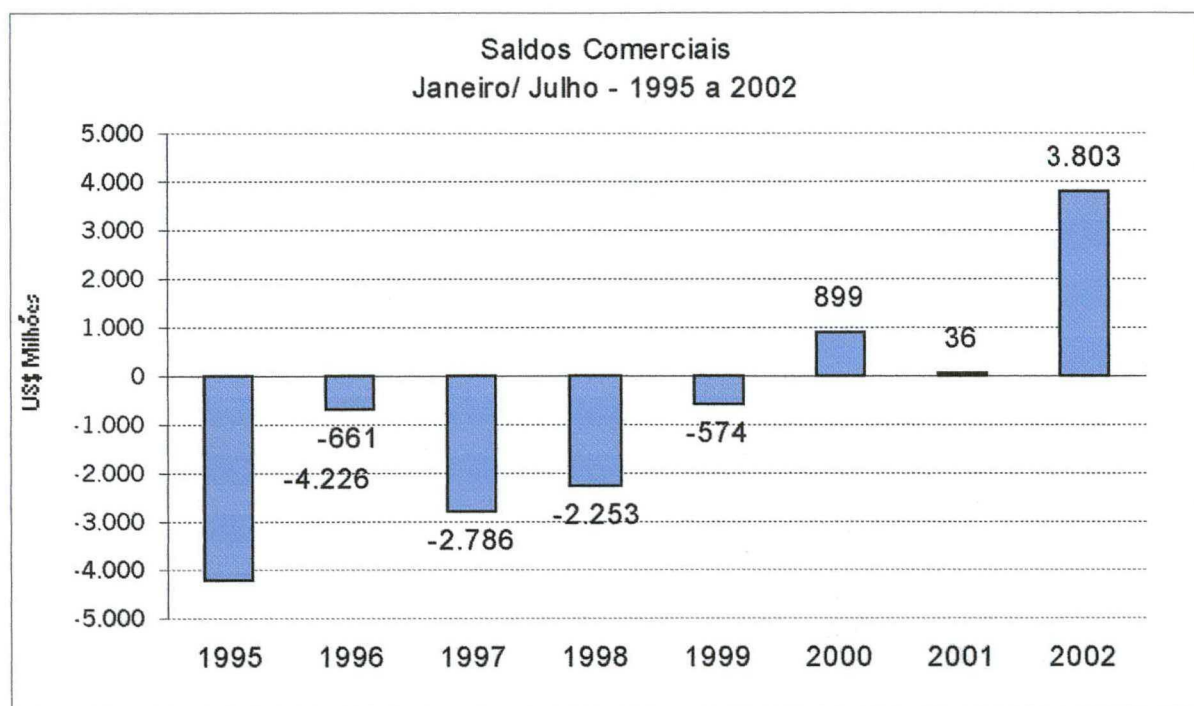
Em Julho, a balança comercial apresentou superávit de US\$ 1.197 milhões, resultado de exportações de US\$ 6.223 milhões e importações de US\$ 5.026 milhões.

Figura 4-1- Saldos Comerciais Mensais

Fonte: Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)

As exportações, em julho/2002, constituem recorde histórico, tanto em valor quanto pela média diária. Em valor (US\$ 6.223 milhões), supera agosto de 2001, quando as exportações somaram US\$ 5.727 milhões. Pela média diária (US\$ 270,6 milhões), supera junho de 2001, com US\$ 252,1 milhões. Esse crescimento, em boa parte, pode ser explicado pela regularização de registros de embarques, já realizados, sobretudo de commodities agrícolas e minerais, com base em termos de responsabilidade emitidos pela Secretaria da Receita Federal (SRF). Podem ser citados como exemplos, as exportações de soja em grão, farelo de soja, minério de ferro, café em grão, petróleo, celulose, óleo de soja em bruto, laminados planos e semimanufaturados de ferro/aço.

No que respeita às importações, o resultado do mês é o maior, em valor e pela média diária, desde setembro de 2001. Em agosto/2001, as importações somaram US\$ 5.099 milhões, com média diária de US\$ 221,7 milhões. Este comportamento se deveu, em parte, às aquisições de equipamentos de geração de energia, no valor de US\$ 203 milhões.

Figura 4-2- Saldos Comerciais

Fonte: Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX)

4.2- Perfil Tarifário Brasil / EUA

Segundo Brasil (2000), “os Estados Unidos dispõem de uma estrutura de comércio exterior aberta, com média tarifária baixa e, alta capacidade de absorção de importações, o que se reflete em déficits comerciais consideráveis (cerca de US\$ 300 bilhões, em 1999)”.

No caso do Brasil, o que se argumenta, é que embora seja aberto de modo geral, “o comércio exterior americano penaliza indevidamente alguns produtos fundamentais da pauta brasileira, afetados por picos tarifários, restrições sanitárias e fitossanitárias, medidas compensatórias e medidas antidumping” (Brasil, 2000).

O que se pretende mostrar, é que através de levantamento realizado pela Embaixada para avaliar a extensão do protecionismo americano em relação ao Brasil, dados preliminares de 1999, mostram que “enquanto a média de tarifa ou equivalente tarifário aplicado contra os principais produtos brasileiros nos Estados Unidos chega a 45,6%, a média aplicada pelo Brasil aos produtos americanos corresponde a 14,3%” (Brasil, 2000).

CAPÍTULO V

ALCA E ALGUMAS RESTRIÇÕES

O tema é candente: a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi proposta pelo ex-presidente dos Estados Unidos George Bush, em 1990, com o objetivo de integrar comercialmente todos os países americanos, principalmente os membros do Nafta (Estados Unidos, México e Canadá) e do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

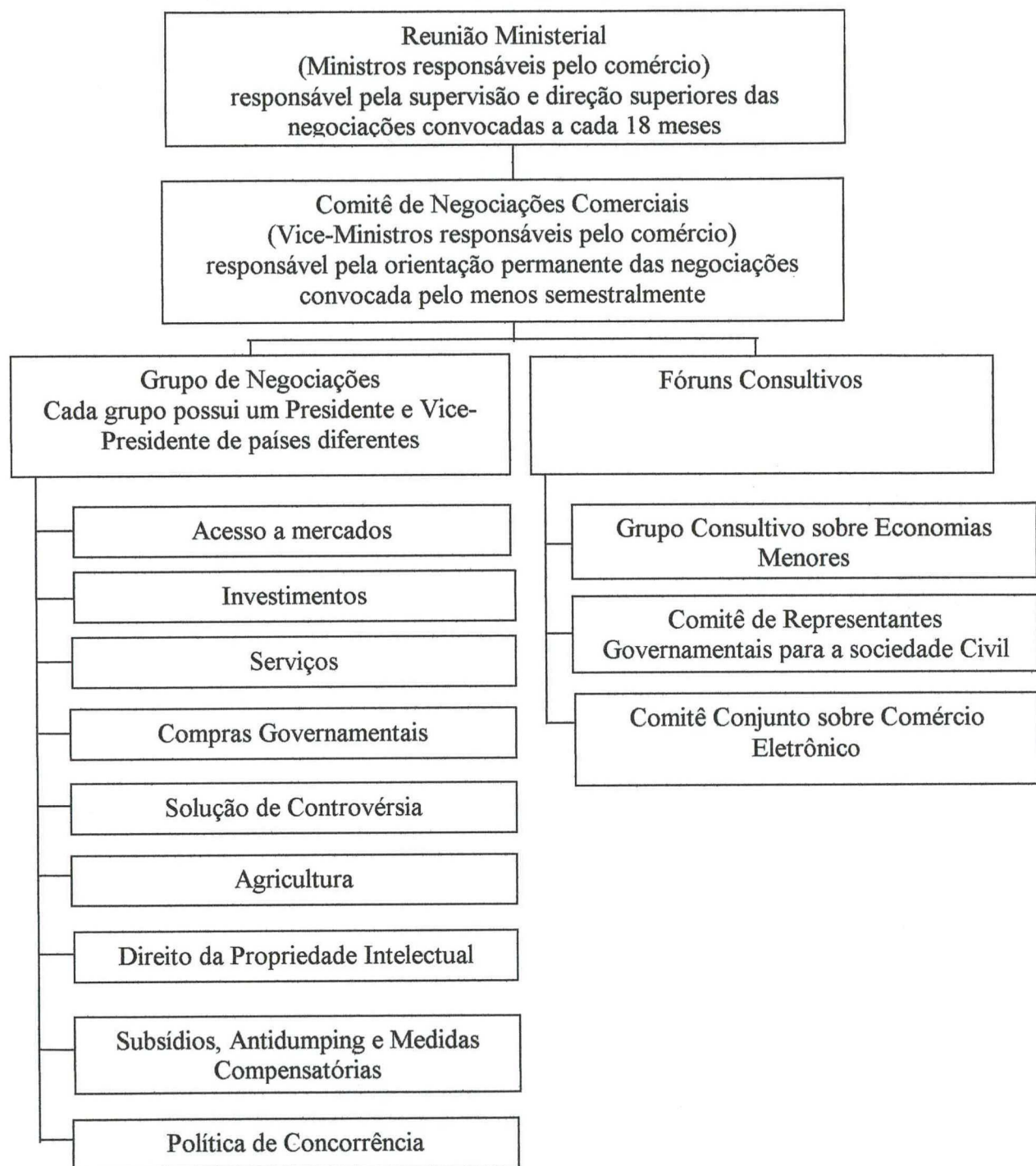
As negociações para a formação da Alca começaram na Cúpula de Miami, em 1994, e prosseguiram na Cúpula das Américas em Santiago do Chile, em 1998. Seu início está previsto para o ano de 2005 e incluirá 34 países das Américas do Sul, Central e do Norte, com exceção de Cuba. São eles: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e Las Granadinas, Santa Lucia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Na Cúpula de Miami, em 1994, ficou acordado entre os líderes dos 34 países, que o processo de negociação da Alca será transparente e deverá levar em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias participantes, a fim de facilitar a participação integral de todos os países.

Dentro desse contexto, um número de princípios reguladores regem as negociações da Alca, dentre os quais citam-se alguns deles (disponível em www.ftaa-alca.org): (a) as decisões serão tomadas por consenso; (b) as negociações serão conduzidas de maneira transparente; (c) a Alca será consistente com regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e deverá segui-las sempre que possível e apropriado, entre outros itens importantes da agenda de negociações.

Desde o início do processo Alca, reconheceu-se a grande importância da participação da sociedade civil nas discussões envolvendo a formação da área de livre comércio, por isso, paralelamente às Reuniões Ministeriais, sempre é realizado um Fórum Empresarial das Américas, que conta com a participação, por cada país, de entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade. Na Reunião Ministerial de São

José (março de 1998), foi decidido que o objetivo geral das negociações seria o de estabelecer uma área de livre comércio no continente através da redução progressiva das barreiras ao comércio de bens e de serviços e aos investimentos, concluindo-se as negociações no mais tardar até 2005.

Figura 5-1- Estrutura das Negociações na Alca

Fonte: www.ftaa-alca.org

O que se percebe, através de leitura, é que a implantação do livre comércio nas Américas deve ser acompanhada, numa primeira etapa, da eliminação (total ou substancial) das barreiras não-tarifárias impostas pelos Estados Unidos sobre as exportações do Brasil e de outros países.

Abaixo segue alguns exemplos de restrições obtidos a partir de levantamentos feitos pelo Ministério de Indústria e Comércio e o Itamaraty, segundo Serra, 1998:

- 1- Quotas tarifárias são aplicadas a numerosas exportações de alimentos brasileiros – tabaco, produtos que contêm álcool etílico ou açúcar. Acima da quota, são aplicadas tarifas altas, por vezes proibitivas.
- 2- Barreiras sanitárias e fitossanitárias proíbem a importação de carne bovina e suína, bem como a maioria das frutas e vegetais brasileiros.
- 3- Vários produtos de interesse do Brasil (calçados, artigos de couro, fumo, têxteis e produtos siderúrgicos) se defrontam com as tarifas ainda muito altas.
- 4- As importações de açúcar dos Estados Unidos estão submetidas a quotas tarifárias. Além disso, há um sistema de preferências que concede isenção de tarifa aos países latino-americanos e caribenhos, mas o Brasil é o único que não tem direito a tal isenção.
- 5- Subsídios concedidos pelos Estados Unidos para a exportação de produtos agrícolas, a título de contrabalançar os subsídios europeus, terminam representando concorrência desleal para produtores brasileiros de milho e afetando negativamente nossas exportações para terceiros países, como é o caso do frango e do óleo de soja.

O livre comércio nas Américas é algo que cedo ou tarde se tornará realidade. Mas a grande questão é saber como evitar que os países mais desenvolvidos passem por cima das economias mais frágeis do continente. Para tanto, antes de qualquer avanço em direção a uma liberalização hemisférica, seria necessário que fossem estabelecidos alguns critérios que venham possibilitar um crescimento igual e equilibrado do comércio em benefício de todos os parceiros, ou seja, sem privilégios e privilegiados.

5.2- Conflitos de Interesses

Apesar da introdução de reformas econômicas na América Latina, a constatação, segundo Saraiva (1997, p. 26) “é de que os países ainda não se encontram em situação ideal para que haja uma consolidação dos objetivos da Alca”. Isto se deve ao fato de existir conflitos de interesses comerciais e políticos entre os países envolvidos, com destaque para o Mercosul, de um lado, e o Nafta, liderado pelos Estados Unidos, de outro.

O interesse dos Estados Unidos é negociar a implantação dos acordos da Alca “de país para país” (Saraiva, 1997, p. 26), o que não está sendo visto com bons olhos pelos empresários e governos latino-americanos que prefere negociar somente em blocos, como é o caso dos integrantes do Mercosul. No caso do Mercosul, este oferece alguma resistência devido ao fato do governo norte-americano estar propondo “a aplicação imediata de alguns itens relacionados ao meio ambiente, aeronáutica, subsídios, medidas sanitárias e fitossanitárias e compras governamentais” (Saraiva, 1997, p. 27). Esta resistência do Mercosul, é devido à necessidade de “um período maior para a adaptação dos vários países e para avaliar o impacto da formação da Alca sobre cada um deles” (Saraiva, 1997, p. 27).

Uma das intenções do Mercosul, de se ter um ritmo mais lento nas negociações, é evitar que esta nova abertura econômica prejudique a competitividade de alguns países.

Este temor também é vivido pelo governo brasileiro, pois este teme que uma aceleração das negociações para a implantação da Alca prejudique setores da economia nacional que não se encontram em condições de concorrer num ambiente de tarifas de importação zeradas. O objetivo do Brasil é negociar uma implantação gradual nos prazos estabelecidos até o momento.

5.3- O empresário e a integração

“A expressão “planejamento estratégico” anda meio desgastada, mas, seja com esse ou outro nome, as empresas precisam colocar a Alca na sua lista de prioridades e definir como vão agir diante dela” (Macedo, 2001, p. 19).

O que se difundiu através da mídia foi, a noção de que a Alca é um assunto para 2005, mas não é bem assim. Segundo Macedo (2001, p. 19), “até janeiro de 2005, as

negociações devem terminar, e o acordo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006, já com fluxos de comércio liberalizados, ou seja, com maior competição”.

Nesse sentido, a atitude que convém para as empresas seria buscar um maior entendimento sobre o que se passa nas negociações, examinando como os seus produtos e de seu setor serão negociados e afetados pela liberalização. Buscar também, uma maior participação dos empresários nas discussões de implementação da Alca, de modo a influenciar nas negociações comerciais.

No caso da indústria, o que se percebe é uma maior organização, liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que vem realizando diversos estudos para definir a posição dos empresários nas negociações, além de acompanhar todos os eventos do processo. A agroindústria e o setor agrícola também estão mais ativos.

Com toda essa discussão em torno da Alca, e seu efetivo engajamento por parte da economia brasileira numa maior liberdade comercial, o que se nota é que está terá a oportunidade de repensar e ampliar a competitividade das empresas brasileiras.

5.4- Brasil versus Estados Unidos

O panorama das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos é considerado preocupante, o que coloca o Brasil numa situação delicada, por haver disparidades no comércio entre os dois países.

No mercado americano, como se sabe, nossos produtos enfrentam barreiras tarifárias, medidas não-tarifárias de ordem técnica ou sanitária, quotas, picos tarifários, subsídios e outros mecanismos que dificultam e impedem o livre comércio, como é o caso da laranja, já mencionado no capítulo anterior.

Diante dessa constatação e, mais ainda, das crescentes pressões norte-americanas para acelerar o cronograma de instalação da Alca – o Brasil defende o início das negociações para 2005, mas os Estados Unidos querem que elas comecem de imediato – seria de interesse dos brasileiros que estes estabelecessem algumas condições para negociar sua criação. Dentre tais condições, poderia ser sugestão do governo, a garantia de uma substancial redução nas tarifas praticadas pelos Estados Unidos para a importação de produtos brasileiros, como é caso do aço, calçados e do já citado suco de laranja.

5.4.1- Agricultura

A área agrícola é, sem dúvida, uma das áreas mais problemáticas da integração. Avançar na integração, significa reconhecer que não apenas as barreiras comerciais devem ser removidas, mas também as práticas que distorcem os preços e as condições de concorrência.

No que se refere aos produtos agrícolas, isto envolve principalmente os subsídios. Um dos argumentos brasileiro, é de que as negociações devem avançar multilateralmente no sentido da liberalização e da equalização das condições de funcionamento dos setores nas diferentes áreas.

Em suma, a Alca vai além da mera remoção de barreiras ao comércio de bens no interior das Américas. Como foi visto, da pauta de entendimento, faz parte uma série de outros temas, como serviços, acordos sobre investimentos diretos estrangeiros e regras comuns para compras governamentais e defesas da concorrência. Em outras palavras, a Alca está sendo concebida para garantir, ao final do processo de negociação, o máximo de liberdade de movimentação para mercadorias, serviços e capitais.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

Em um amplo cenário de relações internacionais, ponderações acerca do processo histórico de ampliação do comércio internacional são vitais para o entendimento dos problemas que hoje preponderam nas relações de troca entre países. Fenômenos e tendências, como globalização da economia e formação de blocos econômicos, são realidades inexistentes no passado recente, tendo origem em aspectos culturais, históricos e econômicos.

Partindo desse ponto, a revisão teórica deste trabalho sobre as Teorias do Comércio Internacional mostra que os países participam do comércio internacional por possuírem vantagens comparativas na produção de determinados produtos. Estes se especializam na produção daqueles bens no qual possuem maior produtividade e menor custo de produção.

Com o intuito de proporcionar melhores condições de competitividade para seus produtos, muitos participantes do comércio internacional estão se aglutinando em blocos econômicos regionais afim de melhor aproveitarem suas vantagens comparativas.

A tendência atual, baseando-se em leituras especializadas, é que tais processos de integração econômica regional se constituirão como uma nova forma de organização econômica, determinando cada vez mais as relações de comércio no mercado internacional.

O novo contexto de regras multilaterais obriga os países a se organizarem institucionalmente para poder operar suas políticas de proteção sem incorrer em penalizações por seus parceiros. Nesse sentido, o Brasil precisa organizar-se para atuar de forma mais efetiva e coerente a fim de diminuir as barreiras impostas aos produtos brasileiros no mercado dos Estados Unidos e União Européia. Por causa dos subsídios concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos produtores americanos, o Brasil deixa de exportar em torno de US\$ 1 bilhão em soja por ano. Não fosse esta, entre outras restrições aos produtos brasileiros, os superávits apresentados pela balança comercial brasileira seriam bem maiores do que o atual resultado.

Dentro desse cenário de alta da balança comercial, o que se percebe é que o Brasil

está vendendo mais e comprando menos. Esta queda das importações tem como fator alguns pontos relevantes, como a desaceleração da economia, que causa queda no consumo; a alta do dólar, que encarece as importações e, o processo de substituição de importações de alguns setores, ou seja, estes estão sabendo aproveitar a alta do dólar para aumentar o consumo de produtos nacionais.

A expectativa do governo para este ano, é de um saldo da balança comercial “forte”, que ajude a virar as expectativas ruins que os investidores desenharam sobre a economia brasileira e o seu futuro.

O comércio internacional, atualmente, segue as leis da Organização Mundial do Comércio (OMC), a qual exerce papel fundamental no processo de integração e globalização mundial. Cabe a OMC verificar se as integrações regionais correspondem às suas regras, calcadas no desenvolvimento de livre comércio em bases não discriminatórias.

As enormes transformações ocorridas na economia mundial, vêm impondo à sociedade contemporânea uma reorganização dos modelos econômicos e até mesmo das estruturas políticas. Sob pena de ficarem à margem da atividade econômica, empresas e nações as mais diversas vem se adequando às exigências do mundo globalizado a fim de obter maior competitividade na produção de bens e serviços.

Esse contexto deu margem ao surgimento dos grandes blocos econômicos, entre os quais se inclui a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A inserção do Brasil nesse mercado comum, tem gerado apreensão, e até uma certa desconfiança nos meios políticos, acadêmicos e empresariais. Diante disso, cabe a sociedade a ao Congresso, aprofundar essa análise e tentar entender o que será a economia dentro da Alca. A rigor, não se pode ser nem a favor nem contra, pois dispomos de poucos estudos a respeito.

Por fim, é preciso reconhecer que tal acordo não terá pleno êxito se não houver um debate mais aprofundado, amplo, transparente e democrático sobre ele. Não se pode falar em integração econômica sem adotar formas de investimento em setores sociais que permitam a superação da pobreza. Eliminar a fome, suprir a carência de moradias e encontrar saídas para a crise do desemprego são alguns dos desafios dos governos e das sociedades contemporâneas, sobretudo na América Latina.

Limitações econômico-sociais dessa natureza representam obstáculos a uma integração regional verdadeiramente democrática, que vise ao interesse de todas as nações

participantes. Algumas dessas barreiras serão intransponíveis se não forem priorizados os interesses dos países economicamente menos desenvolvidos, pois seria incoerente pensar em integração sem enfrentar um desafio central: a superação das enormes desigualdades sociais. Além disso, convém evitar que nesse processo de integração não prevaleçam apenas interesses econômicos. As questões sociais devem permear todo o debate de natureza comercial.

BIBLIOGRAFIA:

- BALDI, Neila; CUNEGUNDES, Patrícia. Subsídio dos EUA à soja dá prejuízo de US\$ 1,2 bi ao Brasil. **Gazeta Mercantil**. p. B-14, 15 março 2002.
- BASSO, Maristela; FLOH, Fábio. Barreira de aço no comércio exterior. **Gazeta Mercantil**. p. A-2, 19 abril 2002.
- BRASIL. Barreiras aos produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano. Washington, D.C., Embaixada do Brasil, 2000.
- CÂMPERA, Francisco. Alca entra nas preocupações do Senado. **Gazeta Mercantil**. p. A-10, 24 agosto. 2001.
- DIAS, Viviane V. Brasil entre o Poder da Força e a Força do Poder. In: BAUMANN, Renato (org). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro : Campus, 1996.
- GONÇALVES, Reinaldo, et al. **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1998. 374 p.
- INÁCIO, Alexandre. Sem vantagens para a carne brasileira na Alca. **Gazeta Mercantil**. p. B-16, 22 agosto. 2001.
- KENEN, Peter B. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 3. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1998. 648 p.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 4. ed. São Paulo : MAKRON Books, 1999. 807 p.
- MACEDO, Roberto. A Alca ou os jogos pan-americanos da competitividade econômica. **Revista de Administração Mackenzie**, v.2, n.2, p.17-24, 2001.

MORAES, Antônio Luis. A formação de blocos regionais e o sistema multilateral de comércio. **Revista de Política Agrícola**, v.08, n.01, p.27-39, jan./mar. 1999.

MOREIRA, Assis. Barreiras americanas sob ataque na OMC. **Gazeta Mercantil**. p. A-12, 14 setembro. 2001.

_____. País fará queixa contra açúcar da UE. **Gazeta Mercantil**. p. A-5, 10 abril 2002.

_____. Recurso à salvaguarda vira moda na OMC. **Gazeta Mercantil**. p. A-1 e A-6, 15 março 2002.

O Brasil não está só contra o antidumping. **Gazeta Mercantil**. p. A-2, 06 fev. 2002.

OLIVEIRA, Eliane. Balança registra superávit de US\$ 14 milhões. **O Globo**. 16 maio 2002.

OSWALD, Vivian. Balança tem superávit de US\$ 594 milhões. **O Globo**. 02 maio 2002.

PARAGUASSU, Fernanda. Balança fecha o ano com superávit. **Gazeta Mercantil**. 03 jan 2002.

_____. Balança já registra superávit em março de US\$ 110 milhões. **Gazeta Mercantil**. 12 mar 2002.

RAMIRO, Denise. Castelo no Ar. **Veja**, São Paulo, v.34, n.14, p.50-51, abr. 2001.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

SARAIVA, Deolinda. Alca: sinal aberto para o futuro? **Rumos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.21, n.132, p.24-31, jan 1997.

SERRA, José. Alca, Mercosul e abertura externa brasileira. **Revista de Política Externa**, v.7, n.1, junho 1998.

SOARES, Paulo; MOREIRA, Assis. Brasil leva vantagem na briga da laranja. **Gazeta Mercantil**. p. B-16, 25 março 2002.